ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XIV - Nº 57 - Abril / Maio / Junho 2007
ISSN 0104-8503

COMO MANDA A CONSTITUIÇÃO

Todos devem ter acesso a ensino de qualidade. No entanto, servidores em postos no exterior enfrentam dificuldades para educar os filhos. Falta de auxílio-educação torna a situação crítica

Parecia impossível, mas o Naoum Plaza Hotel ficou ainda melhor!

Venha conhecer de perto a modernidade e o conforto das novas Suítes e Apartamentos VIP Class e Master Floor. Só quem tem tanta experiência consegue aliar modernidade e aconchego as suas acomodações.

CONTATO:
Fone: (61) 3322 4545
Fax: (61) 3322 4949
Reservas: 0800 (61) 4844
reservas@naoumplaza.com.br

www.naoumplaza.com.br

ENDEREÇO:
SHS Qd 05
Bloco H
Brasília
DF-Brasil

NAOUM PLAZA H
★ ★ ★ ★

O direito ao auxílio-educação

Reza o art. 6º da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional no 26/2000: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Já o art. 205 da Carta estabelece que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." E o art. 206 diz em seu *caput* que "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios", entre os quais está o princípio expresso no item VII, que é a "garantia de padrão de qualidade".

A Lei 5.809/72, que dispõe sobre a retribuição e direitos do pessoal civil e militar em serviço da União no exterior, criou o auxílio-familiar, "quantitativo mensal devido ao servidor, em serviço no exterior, a título de indenização para atender, em parte, à manutenção e às despesas de educação e assistência, no exterior, a seus dependentes".

Todos esses bons e justíssimos propósitos ficaram, porém, inteiramente ultrapassados em face de vários fatores, dos quais cito três:

a) o grande aumento do custo de vida verificado, desde 1972, em muitos países onde servidores civis e militares se encontram em serviço; b) a desvalorização do dólar norte-americano em relação a outras moedas; c) a expansão da rede diplomática brasileira para inúmeros países em que a educação pública é incompatível com o padrão de qualidade garantido pela Constituição brasileira e, se compatível, é ministrada em idioma de pouca utilidade futura para o estudante brasileiro.

O auxílio-familiar representa hoje parte ínfima dos custos de educação; se acrescentarmos a estes as despesas de manutenção e assistência aos dependentes do servidor, veremos que o auxílio-familiar é irrisório.

Informações fornecidas por vários colegas em serviço no exterior revelam que o auxílio-familiar recebido por dependente em idade escolar não chega a cobrir um décimo da mensalidade escolar, e isto não se dá apenas em postos "peculiares" ou "difíceis".

Não me estenderei a respeito, pois exemplos concretos constam de matéria publicada nesta edição do Boletim; minha intenção é alertar para a situação atual, que, nas palavras de um colega, "inviabiliza a opção por vários postos, dados os gastos exorbitantes com a educação em escolas internacionais". Se esta é a situação quanto aos diplomatas, imagine-se a dos Oficiais e Assistentes de Chancelaria. Há, assim, além do descumprimento de normas constitucionais e legais, um prejuízo à própria atividade-fim do Itamaraty.

A chefia da Casa já manifestou aos mais altos escalões do Governo sua preocupação com o problema e continua a desejar vê-lo resolvido adequadamente. A Associação dos Diplomatas Brasileiros lhe é totalmente solidária, porque está convencida de que o auxílio-educação é um direito para o qual urge encontrar uma solução inteligente; repito, inteligente, não um mero paliativo. Solução que, acrescente-se, já foi encontrada por diversas empresas brasileiras, que cobrem totalmente a mensalidade escolar dos dependentes de seus funcionários em serviço no exterior.

Marcelo Raffaelli
Presidente da ADB

7 JUNTOS DESDE 1957

Ponto de Vista

União Européia chega aos 50 anos em uma encruzilhada, conforme analisa o embaixador Luiz A. P. Souto Maior

9 Indústria brasileira tem habilidade para produzir soluções inovadoras e competitivas na área de automação bancária

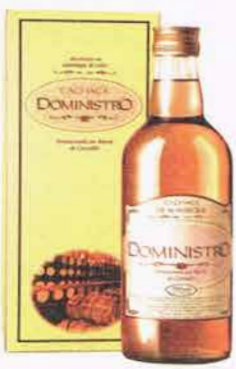
Made in Brazil

12 Resultados da seleção brasileira masculina de vôlei nas quadras mostram como disciplina e capacitação levam ao topo

Esporte

14 Especialista em Direito Trabalhista fala sobre a proposta de implantação de um fundo de previdência complementar para os servidores públicos

Entrevista



Exportação

16 Cinco séculos de espera valeram a pena: a cachaça chegou finalmente às mesas e adegas dos apreciadores de destilados de qualidade

18 Diplomatas artistas plásticos falam ao Boletim da ADB sobre a outra carreira e mostram seu talento

Talentos da Casa

4 ...

A Constituição Federal di... todo brasileiro deve ter a... a educação de qualidade... diplomatas que trabalhar...

20

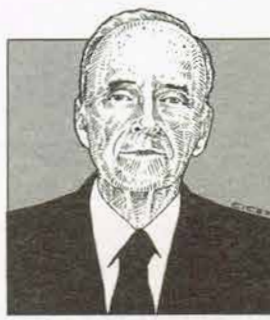
ADB dá boas-vindas aos novos colegas, representantes de um grupo de mais de 8 mil pessoas que se candidatam anualmente para o Instituto Rio Branco

Boas Vindas

21

O embaixador Sergio da Veiga Watson conta como foi a grande virada no vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

Ponto de Vista



23

A experiência do embaixador Marcos Galvão, chefe de gabinete do ministro da Fazenda, fora da diplomacia

Além do Itamaraty

26

Plataforma Lattes tem mais de 4 mil instituições cadastradas e armazena mais de 950 mil currículos de mestres e doutores

Made in Brazil

29

Bolívia: a criação de um novo país, de Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo, está centrado na história dos povos indígenas

Pratas da Casa

Especial

postos no exterior têm dificuldades para manter os filhos em boas escolas, em virtude dos altos custos educacionais.

31

Nesta edição, o Boletim traz a relação de serviços oferecidos pela ADB aos seus associados

Entrelinhas

Educação de qualidade para nossos filhos

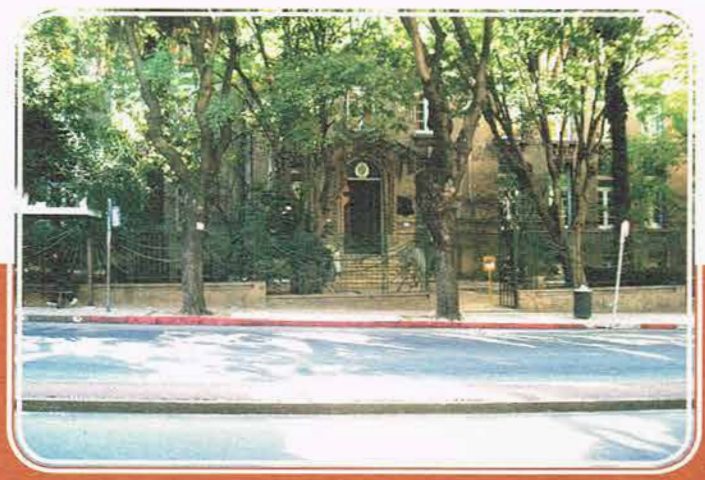
Quando alguém resolve seguir a carreira da diplomacia, costuma considerar benefícios como a oportunidade de atuar nas áreas política e econômica, de trabalhar em temas interessantes e de conhecer diversos países, levando o tão propalado título de "cidadão do mundo". Esta última vantagem, no entanto, pode ser ofuscada por um dos problemas recorrentes aos servidores que atuam no exterior: a dificuldade de proporcionar uma educação de qualidade para seus filhos.

Quando o país estrangeiro oferece ensino de boa qualidade em escolas públicas, em idioma que seja acessível à criança brasileira e no qual ela poderá, eventualmente, prosseguir seus estudos, tudo bem. Mas quando este não é o caso, a solução é a matrícula numa das escolas ditas "internacionais", cujos custos costumam ser muito elevados. O problema não é restrito aos diplomatas: estende-se a servidores da União, civis e militares, e portanto, no caso do Itamaraty, aos oficiais e assistentes de chancelaria.

A Lei 5.809/72, que rege os servidores civis e militares em serviço no exterior, criou o auxílio-familiar para atender – "em parte", diz a lei – à manutenção e às despesas de educação e assistência a seus dependentes. Hoje em dia, contudo, o auxílio-familiar representa parcela quase irrisória daquelas despesas. Certamente não era esta a intenção do legislador. A legislação precisa ser atualizada a fim de levar em conta o custo atual da educação no exterior (*Box na página 6*).

Na verdade, o propósito do auxílio-familiar caiu por terra diante de diversos fatores, seja o já mencionado custo das escolas, seja o generalizado aumento do custo de vida verificado em todo o mundo nos últimos 35 anos, seja ainda pelo fato de que o dólar norte-americano tem-se depreciado, em alguns casos fortemente, em relação às moedas de muitos países (*Box na página 6*).

A falta de auxílio-educação que permita a matrícula em escolas adequadas no exterior cria situações complicadas. Há casos de diplomatas servindo em países em que não há possibilidade de estudo em boas escolas,



que acabam por matricular os filhos em colégios de países próximos, dividindo a família.

Informações enviadas à ADB por diplomatas brasileiros em postos no exterior confirmam que o auxílio-familiar mal cobre um décimo da mensalidade escolar. Além disso, a abertura de novas representações diplomáticas ampliou as dificuldades para que servidores com filhos em idade escolar assumam seus serviços nesses locais. A diretoria da ADB está convencida de que a pronta instituição do auxílio-educação seja a solução mais adequada para o problema. E mais, acredita, firmemente, que ela é um direito do serviço exterior brasileiro, porque é um direito constitucional.

O artigo 6° da Constituição Federal deixa claro que são "direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados". O artigo 206 da CF diz que o ensino deve ser baseado no princípio da garantia de padrão de qualidade. Assim, é dever da União estender o direito a servidores em serviço no exterior por meio da concessão de auxílio-educação em nível suficiente para fazer face ao custo de escolas que, em muitos casos, são a única solução desejável.

Exemplos de fora - Muitos países optaram por custear as despesas com educação dos filhos de membros do serviço exterior. Os filhos de diplomatas argelinos têm suas despesas com educação pagas pelo Estado, incluindo as com ensino universitário. O mesmo ocorre com os dinamarqueses em missão no exterior, cuja chancelaria repassa totalmente os custos com educação dos filhos. Assim é, também, nos Estados Unidos. O governo paga aos filhos de diplomatas todos os estudos, exceto os universitários. Os filhos moram naquele país e têm direito a uma viagem para visitar os pais. Caso a escola no posto em que o pai ou mãe estiver trabalhando não seja de boa qualidade, o governo norte-americano paga os estudos no país escolhido. Argentina, Alemanha, Bélgica, Itália, Suécia, Venezuela são alguns exemplos adicionais (a lista não pretende ser exaustiva) de países que fornecem auxílio-educação aos filhos de diplomatas e funcionários administrativos que atuam no exterior.

Empresas brasileiras de que a União é acionista majoritária e das quais o Poder Executivo nomeia o presidente já adotaram a prática de fornecer auxílio-educação aos dependentes de seus funcionários em serviço no exterior. A Petrobras, por exemplo, dá a cada dependente auxílio-educação cujo teto é de US$1.200; a empresa paga 90% do custo da mensalidade, o funcionário 10%.

Não chegou a hora de ver esses bons exemplos estendidos aos servidores do MRE?

Quanto custa educar filhos no exterior*

Anuidade (ensino secundário, em dólares norte-americanos)

Armênia	16,000 (*Quality School International*)
Áustria	de 20,236 a 22,531 (*Vienna International School*) de 21,276 a 21,917 (*American International School*) 4,967 (*Lycée Français*)
Canadá	15,175 (*Lycée Français, Toronto*)
Cingapura	17,200 a 18,600 (*Singapore American School*) 6,815 a 7,640 (*DPS International School of Singapore*, currículo indiano)
Dinamarca	23,000 (*Copenhagen International School*)
Finlândia	20,250 a 24,300 (*International School of Helsinki*)
Japão	21,035 (*American School of Japan*) 23,130 (*The British School in Tokyo*)
Líbia	12,000 (escolas particulares canadense e australiana, ensino em inglês) 20,000 (escola americana)
Noruega	26,330 (*Oslo International School*)
Países-Baixos	14,385 a 19,577 (*British School*) 6,076 a 7,265 (escola internacional, ensino em inglês) 10,627 (escola francesa)
Rússia	22,000 a 23,850 (*Anglo American School* e *British School*) 7,300 (escola particular francesa)
Suécia	22,065 a 26,515 (*Stockholm International School*)

**Informações de missões diplomáticas brasileiras ou dos sites das escolas.*

Desvalorização do dólar norte-americano entre janeiro de 2001 e maio de 2007, de acordo com dados do *Bank of Canada*, em relação às moedas dos países citados:

35% no Canadá, 13% em Cingapura, 37% na Coréia, 44% na Zona do Euro, 54% na Hungria, 14% na Índia, 11% na Malásia, 28% no Marrocos, 46% na Noruega, 47% na Polônia, 33% no Reino Unido, 11% na Rússia, 40% na Suécia e 33% na Suíça. **Nos Estados Unidos o dólar perde valor aquisitivo**: segundo o *Bureau of Labor Statistics*, a inflação naquele país, entre janeiro de 2001 e abril de 2007, foi de 15,95%.

AUXÍLIO-FAMILIAR MENSAL *VERSUS* MENSALIDADE ESCOLAR ALGUNS CASOS CONCRETOS

Armênia (Embaixadora) - US$108/US$1,330 = 8%
Argélia (Embaixador) - US$122/650 = 18,75%
Canadá - Toronto (Ministro) - US$138/1,265 = 11%
Japão - Tóquio (Conselheiro) - US$264/1,753 = 15%
Líbia (Ministro-Conselheiro) - US$163.45/1,000-1,667 = 16,3%-9,8%
Países-Baixos - Haia (Segundo Secretário) - US$45.50/629 = 7,2%
Nota: o valor mensal do auxílio-familiar é calculado com base em 13 salários.

A integração européia na encruzilhada

Há cinqüenta anos, seis países europeus – Alemanha Ocidental, França, Itália e os três integrantes do Benelux – assinaram o Tratado de Roma, que criou a Comunidade Econômica Européia (CEE), embrião da atual União Européia (UE). Era o início de um processo de integração regional que, pela sua extensão e profundidade, não encontra paralelo na história das relações internacionais.

Por outro lado, as diferenças de percepção entre os Estados europeus – e mesmo dentro de cada um deles – no tocante a qual deveria ser a organização político-econômica da Europa e que papel o continente integrado deveria ter no mundo, acabaram levando o conjunto ao que hoje se poderia descrever como uma crise de identidade. No início do processo, a cisão decorrente de tais divergências foi flagrante: dois anos depois da entrada em vigor do Tratado de Roma, Áustria, Dinamarca, Grã-Bretanha, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça, por motivos diferentes, decidiram unir-se num agrupamento econômico distinto da CEE, a Associação Européia de Livre Comércio (AELC). Assim, num primeiro momento, dois grupos importantes de países optaram por projetos europeus distintos.

O sucesso econômico de um esquema de integração da importância da CEE tem, porém, uma evidente força de atração sobre os países vizinhos. No caso, esse poder de imantação fez-se sentir rapidamente, com o primeiro pedido de adesão da Grã-Bretanha – apesar do seu atlanticismo e da criação da AELC – logo seguido dos de outros países. Ao longo das décadas seguintes, haveria novas e numerosas acessões ao projeto inicialmente lançado pelo Tratado de Roma. Elas seriam facilitadas pelo processo de democratização de alguns países europeus, como Espanha e Portugal, e, sobretudo, a partir da década de 1990, pela implosão do bloco soviético. Em ondas sucessivas, essas adesões levaram a que, no começo deste ano, a UE passasse a contar com vinte e sete Estados-membros.

Resta, entretanto, saber em que medida a capacidade de aglutinação interna e de atração externa – que ao longo de cinco décadas levou à enorme ampliação geográfica e ao aprofundamento do projeto europeu emanado do Tratado de Roma – será forte bastante para assegurar a coesão e, sobretudo, o bom funcionamento de um agrupamento que hoje engloba perto de trinta países. Até que ponto isso ocorrerá e será função, sobretudo, do desempenho econômico do conjunto, o qual, por sua vez, muito dependerá de como os Estados-membros consigam adaptar as instituições e políticas comunitárias aos desafios de uma União Européia tão ampliada.

Simplificadamente, pode-se dizer que o desafio básico é conciliar o objetivo político de manter a UE aberta a todos os Estados europeus democráticos que aceitem o acervo de normas comunitárias existentes – o *acquis communautaire*, no jargão de Bruxelas – com o imperativo de tornar as instituições atuais, criadas para um número muito menor de países, adequadas às necessidades de um agrupamento muito maior. Entre o Ato Europeu Único, de 1986, que determinou a criação do mercado comum, e o Tratado de Nice, de 2001, que, entre outras coisas, estabeleceu um novo sistema de votação, passando pelo de Maastricht (1992), que criou a União Européia, e o de Amsterdam (1997), a política intracomunitária foi dominada pelo empenho em levar avante o processo de integração e pela dificuldade de se chegar a um acordo sobre como

JUNTOS DESDE 1957

fazê-lo. Foi esse choque entre fins e meios que tornou inevitável a adoção formal do princípio da flexibilidade, pelo qual Estados-membros já não são obrigados a aceitar o mesmo grau de cooperação intragrupo. O exemplo mais notório, mas não o único, é a união econômica e monetária, prevista no Tratado de Maastricht e da qual resultou o surgimento da zona do euro, que engloba apenas treze dos atuais vinte e sete integrantes e provavelmente nunca chegará a englobá-los todos. Em suma, no estágio atual, todos os Estados-membros aceitam um conjunto de normas básicas, indispensáveis ao funcionamento adequado de uma união econômica, mas conservam a liberdade de se comprometerem ou não a uma cooperação mais profunda com os demais em determinadas áreas. É a Europa *à la carte*.

Quando se trata de encontrar fórmulas capazes de assegurar o funcionamento das instituições comunitárias e uma adequada divisão de atribuições entre elas, essa problemática, por si só extremamente complexa, torna-se ainda mais complicada pela rivalidade decorrente da inevitável diluição do poder relativo dos grandes Estados numa União Européia ampliada.

Frente a tantas e tão grandes dificuldades, o acervo de realizações dos países europeus que, desde a década de 1950, vêm fazendo avançar gradualmente o processo de integração da Europa é incontestavelmente notável. Cabe reconhecer, porém, que a União Européia foi construída pelos governos dos Estados-membros, com a necessária aquiescência da opinião pública, mas não impulsionada por ela. Com alguma crueza e simplificação, poder-se-ia, pois, dizer que se trata de uma organização de países democráticos, mas não de uma criação democrática. A expressão déficit democrático, descritiva da distância entre o funcionamento da UE e a vontade manifesta dos povos que a compõem, ilustra bem tal estado de coisas.

O curioso é que esse procedimento, teoricamente aberrante entre países democráticos, não parece ofender particularmente os eleitores respectivos.Ele talvez tenha sido mesmo necessário ao avanço de um processo de integração realizado mediante a aprovação, ao longo de cinco décadas, de normas e regulamentos cuja elaboração o grosso da opinião pública parece satisfeita em deixar entregue aos especialistas. Assim, parece válida a observação de um comentarista do *The Economist*, para quem *"integration by regulation proceeds under the voters indifferent gaze. In that sense, apathy is the Europhiles' best friend"*.

Em que medida o aparente desinteresse do eleitor europeu, em diversos países, pelo processo de integração regional reflete apenas a tradicional apatia apontada pelo comentarista do semanário inglês ou um sentimento mais profundo – que vem se tornando mais forte com o passar do tempo – é uma questão digna de análise aprofundada que iria muito além dos objetivos limitados deste breve artigo. Em todo caso, é algo irônico que o tratado constitucional, que tem entre seus objetivos centrais a adequação das instituições comunitárias a uma UE ampliada e a redução da distância entre o processo integracionista e os eleitores dos países-membros, tenha sido rejeitado em referendo pelos eleitores de dois dos signatários do Tratado de Roma – França e Países Baixos. Trata-se de um desenvolvimento que coloca os governos dos Estados-membros diante de um sério problema. É necessário estabelecer um instrumento normativo abrangente que, embora se possa evitar a palavra, faça as vezes da constituição de um Estado nacional federado.

Para que tal instrumento entre em vigor é necessária, porém, sua aprovação pela totalidade dos governos dos Estados-membros, vários dos quais se comprometeram a submetê-lo a um referendo. No momento em que escrevo, a aceitação de um tal tratado constitucional pelos eleitorados respectivos parece, entretanto, altamente aleatória.

Como as hipóteses extremas de desconstrução da União Européia ou de abandono da cláusula de flexibilidade parecem ambas fora de cogitação, paira uma grande interrogação sobre que forma tomará uma provável Europa de geometria variável e que papel poderá desempenhar na política mundial. É uma questão cuja relevância transcende em muito os limites do velho continente.

Embaixador Luiz A. P. Souto Maior

A era do dinheiro eletrônico

O modelo brasileiro de automação bancária é um dos mais avançados do mundo. Os investimentos em tecnologia da informação justificam o cenário. De acordo com números da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o setor investiu R$ 4,6 bilhões em 2005, e para 2006 o orçamento foi de R$ 5,3 bilhões.

O consultor da Febraban, Luis Marques de Azevedo, avalia que a posição de destaque do Brasil tem a ver com três fatores. O primeiro foi o ambiente inflacionário vivido desde o final da década de 1970 até 1995. O banco que fosse mais ágil na coleta do dinheiro de terceiros seria o mais eficiente. Isso resultou em investimento em infra-estrutura para possibilitar a captação de informações de diversos pontos do Brasil. No início, o processamento de dados era feito à noite, mas na década de 1980 os bancos passaram a fazê-lo em tempo real.

Outro fator foi que os bancos perceberam o problema da cobertura geográfica em um país de dimensões continentais. Processar as informações em qualquer lugar do Brasil então não era apenas um triunfo, mas uma necessidade. A automação bancária mostrava-se fundamental para que houvesse mais integração e rapidez.

O terceiro, de acordo com o consultor, foi que o Brasil tinha um mercado muito fechado nos anos 1980 e a indústria brasileira se viu obrigada a investir em tecnologia para atender às necessidades dos clientes, especialmente dos bancos, os maiores responsáveis pela demanda por equipamentos e softwares.

Os três fatores citados por Luis Marques são considerados circunstanciais. "Junte a tudo isso uma característica bem peculiar do brasileiro: a criatividade." De 1995 em diante, o motivo principal para tanto avanço foi a competição entre os bancos.

Ainda dentro da proposta de "esvaziar as agências bancárias" e facilitar a vida dos clientes, há sete anos o Banco Central liberou a figura do correspondente bancário. São os estabelecimentos comerciais, lotéricas e agências dos Correios, onde é possível realizar várias transações bancárias.

Lermen: soluções inovadoras atraem interesse de clientes no exterior

Exportação – Para Lori Lermen, diretor comercial da Perto S/A, empresa fabricante de terminais de auto-atendimento (TAA) e periféricos, a indústria brasileira tem habilidade e capacidade de produzir soluções inovadoras e seguras a custos muito competitivos. Isso atrai o interesse de clientes no exterior, especialmente de países que têm

alguma semelhança com o Brasil, quer seja em tamanho geográfico, economia, programas sociais ou nível de bancarização.

Ele cita o Paquistão, que tem quase a mesma população que o Brasil e possui 2 mil máquinas de auto-atendimento. Em terras brasileiras, esse número chega a 150 mil. "Aqui é extremamente comum ir a um caixa eletrônico e fazer um depósito. Por incrível que pareça, muitos países não possuem nem os envelopes para colocar a quantia a ser depositada", compara Lori, lembrando que o processo bancário em muitos países ainda funciona como há 15 anos no Brasil, ou seja, concentrado nos caixas das agências.

Segundo Luis Marques, da Febraban, a exportação é algo que ainda escapa dos fornecedores que atuam no Brasil. Ele afirma que a venda de softwares específicos ainda é muito incipiente e que falta ação e incentivo para que essas empresas comercializem seus produtos lá fora.

A venda de equipamentos é um mercado novo para os brasileiros. "Como a demanda nacional era muito grande, as empresas que atuam no Brasil começaram a olhar para fora só agora", explica o consultor.

Clientes – A diretora de Tecnologia do Banco do Brasil, Glória Guimarães, afirma que os brasileiros, de maneira geral, já têm muita intimidade com os canais automatizados. Ela justifica dizendo que atualmente 93% das transações realizadas pelos clientes do banco são via canais eletrônicos, entre TAAs, internet e aparelho celular.

O consultor da Febraban também não vê uma grande resistência por parte dos clientes brasileiros em utilizar tanta tecnologia. "Desde que alguém o ensine, o brasileiro costuma aceitar a novidade com muita alegria. Se comparar, o europeu é muito mais resistente para mudar de hábito."

Mas se o cliente deixa de ir à agência, qual será o papel dos funcionários de bancos? Para Glória, a tendência é que ele seja um facilitador, com função de consultoria e orientação. O banco, por sua vez, vai ser um prestador de serviços, fazendo uma ponte entre o usuário e suas necessidades.

Futuro próximo – Em termos de automação, as novidades que estão por vir são ainda a adaptação dos equipamentos para uso de pessoas com necessidades especiais, chamada de acessibilidade, e a biometria, que consiste em identificar o usuário por características físicas, como palma da mão, íris dos olhos, voz, face e impressões digitais.

NÚMEROS

A internet foi um canal que os bancos passaram a explorar na virada do século. Segundo dados da Febraban, hoje ela absorve quase 20% do total das transações bancárias, sendo que ¼ dos internautas brasileiros utilizam o *internet banking*. Já os caixas de auto-atendimento são responsáveis por mais de 30% das transações. Nos caixas dos bancos, são feitos apenas 10% das operações.

Quer uma pizza? *Pague com o celular!*

O telefone móvel, além de usado para comunicação, está prestes a servir como meio de pagamento, em substituição ao cartão de crédito, quando for mais conveniente ao consumidor.

Você está em casa em um domingo à noite e seus filhos resolvem pedir uma pizza. Depois de escolhidos os sabores, basta informar ao atendente o número de seu celular. A partir dele, uma mensagem de confirmação será enviada e é só esperar pelo lanche. Isso porque a pizzaria entrará em contato com seu banco e pedirá a autorização para o débito em conta.

O *mobile payment*, como está sendo chamado, ainda não foi lançado, mas o Banco do Brasil já deu início ao *mobile banking*, em que o cliente utiliza o celular para consultas de saldo, transferências entre contas e pagamentos de títulos. Hoje são cerca de 400 mil usuários, que realizam 1,3 milhões de operações mensais. "Acreditamos que esse número pode ser bem maior quando o celular funcionar como cartão de crédito ou débito", vislumbra Glória Guimarães, diretora de tecnologia do Banco do Brasil.

Mobilidade é a principal aposta dos bancos atualmente. E será tema do Ciab Febraban 2007, evento nacional sobre automação bancária a ser realizado em junho, organizado pela Febraban.

Exemplos estrangeiros de bancos que investiram na idéia vêm da África do Sul, como o Banco Wizzit, divisão dedicada exclusivamente à operação de *mobile banking* do *South African Bank of Athens*, e o *First National Bank*. Lá, o celular já ultrapassou a internet em número de clientes atendidos. Foi assim que as duas instituições sul-africanas encontraram um meio de atingir pessoas desbancarizadas, que até então não possuíam contas para administrar seu dinheiro.

A mobilidade está sendo chamada de "terceira onda" da automação bancária. A primeira e a segunda foram, respectivamente, a instalação dos caixas eletrônicos e o lançamento do *internet banking*.

Quando começou

Foi há 27 anos, em meio uma crise econômica que freava o país, que o Brasil entrou na era do dinheiro eletrônico. Em setembro de 1980, o banco Itaú inaugurou a primeira agência informatizada, ligada eletronicamente a um computador central. No mesmo ano, o Bradesco lançou um terminal eletrônico de consultas para clientes. A inovação permitia sacar dinheiro ou fazer depósitos em qualquer agência. As novidades incentivaram a competição entre os demais bancos e colaboraram para se chegar ao atual modelo sofisticado de automação bancária que o país possui.

Uma equipe a ser batida

Seleção brasileira masculina de vôlei no topo: trabalho vitorioso é referência em todo o mundo

Os ingressos para os Jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro começaram a ser vendidos em 27 de abril. As competições só começam em 13 de julho, mas quem não se programou para comprar as entradas dos jogos decisivos do vôlei masculino, terá que se contentar em acompanhar a atual bi-campeã mundial olímpica pela televisão. Os bilhetes estão esgotados.

Para as gerações mais novas, nenhuma surpresa em relação à grande procura: a equipe comandada pelo técnico Bernardinho é uma máquina de ganhar títulos, respeitada e temida em todo o mundo. Uma pesquisa mais dedicada sobre história do esporte no Brasil mostra que, até o início da década de 1980, o vôlei era tachado como atividade de jovens da elite e a popularidade dos jogadores nada se compara com o assédio de hoje.

A geração que conquistou medalha de prata no mundial da Argentina, em 1982, e nas Olimpíadas de Los Angeles, em 1984, começou a mudar essa história. O time que contava com o inventor do saque "Jornada nas Estrelas", Bernard, Renan, William, Montanaro, Xandó e outros craques é, até hoje, considerada responsável pela mudança da forma como o esporte é visto no País.

O levantador Maurício, campeão olímpico em Barcelona (1992) e Atenas (2004), não esconde a admiração pelos ídolos da década

de 1980 e credita o atual estágio do vôlei brasileiro à consciência de todos sobre a importância da equipe. "Nosso time é exemplo para jogadores de todo o mundo. É preciso deixar de lado os anseios individuais para conseguir resultados como os nossos", acredita.

Dante, outro medalhista em Atenas, disputou três temporadas da Liga Italiana de Vôlei, a mais rica do mundo, e defende, atualmente, o *Panathinaikos* da Grécia. Para ele, o centro de treinamento da seleção brasileira é a melhor estrutura de voleibol existente no mundo.

Mercado Internacional – Jogadores de vôlei brasileiros que, como Dante, têm talento e disciplina de sobra, são figurinhas repetidas nas quadras européias. Não é luxo apenas da seleção de futebol ter quase a totalidade de seus titulares defendendo times europeus, principalmente italianos.

Segundo Dante, a recepção de outros países aos jogadores do Brasil é sempre boa, pois todos querem contar com um dos melhores do mundo na equipe. O atacante, que só havia saído do País para defender a seleção brasileira, foi muito bem recebido no exterior.

Dante lembra da Itália como um lugar com ambiente de trabalho muito bom e diz que se sentia em casa. Hoje, na Grécia, se impressiona com as semelhanças entre gregos e brasileiros. "Eles se parecem muito conosco. Quando pisei no aeroporto, tinham mais de 500 pessoas me esperando", conta. Para ele, atletas do Brasil são bem recebidos em qualquer país.

Futebol x vôlei – Como no futebol, o grande efeito colateral do êxodo de craques para a Europa é a carência de ídolos nos campeonatos nacionais. "Poderíamos estar no Brasil, que poderia ter o melhor campeonato do mundo, mas faltam investimentos", lamenta Dante. Maurício completa, afirmando que o atrativo dos salários em euro é difícil ser ignorado.

O assédio do mercado internacional, a trajetória histórica de vitórias e a grande procura por ingressos para os jogos da seleção de vôlei no Pan do Rio não iludem os atletas das quadras sobre uma possível mudança em relação ao esporte preferido do país.

Para Maurício, não se deve querer comparar futebol com voleibol. Dante também não acredita que esse seja o caminho. De qualquer maneira, sem clima de competição, Dante vê o voleibol como um esporte ainda em ascensão.

O comandante – Bernardinho assumiu a seleção masculina do Brasil em 2001. De lá para cá foram dois campeonatos mundiais, uma olimpíada e apenas um torneio em que a equipe não chegou à final: o Pan-Americano de Santo Domingo, em 2003, em que o time ficou com a medalha de bronze.

O currículo de conquistas desse ex-levantador da seleção brasileira fez com que passasse a dividir o tempo entre os treinamentos e as palestras que ministra em todo o país. Executivos disputam espaço na agenda do treinador para ouvi-lo sobre formação de equipes, liderança, metas, motivação e outros conceitos que fazem com que tenha uma das equipes de esporte coletivo mais vitoriosas de todos os tempos.

Para Bernardinho, permanecer no topo só é possível com a busca constante por capacitação, treinamento e disciplina. Dante encara com naturalidade a cobrança do treinador. "O mais importante é que o Bernardinho sempre coloca as seleções adversárias acima de nós. Sempre temos um objetivo a conquistar", declara.

O jogador considera que não é segredo a razão do sucesso da seleção e de Bernardinho. Para ele, estar preparado possibilita as conquistas. "Treinamento, treinamento e treinamento. Se no ano passado treinávamos 10 minutos, nesse ano precisamos treinar 15 para continuar no topo", resume.

Fundo de pensão significa grande mudança para o servidor público

A advogada trabalhista, especialista em Previdência Social, Damares Medina, analisa as principais mudanças previstas para o sistema previdenciário nos próximos anos. Ela comenta que a chamada Reforma da Previdência ocorre desde 1998 e que a criação de um fundo de pensão amplia o debate nas esferas governamentais.

Wagner Ulisses

Quais os problemas estruturais da Previdência Social?

São muitos, mas a questão é intrínseca, pois não tem como separar problema estrutural da Previdência da própria natureza previdenciária. É uma junção de fatores que interferem na sustentabilidade do sistema. No caso brasileiro, desde a Constituição de 1988, sucessivas medidas político-legislativas que foram tomadas diminuíram as deformidades. Mas não existe um modelo perfeito, porque a natureza da relação não é equilibrada. A maioria dos problemas está relacionada ao déficit, que não é exclusivo do Brasil. A taxa de natalidade diminui, a expectativa de vida e o trabalho informal aumentam. Por ser um direito de longevidade não tem como não haver déficit, a conta efetivamente não fecha.

Como está organizado o modelo de previdência dos servidores públicos?

Este foi o mais mudado desde 1988. Ela instituía um regime próprio com garantia de aposentadoria integral, paridade e outros benefícios. Com a Emenda Constitucional 20/1998, criou-se a possibilidade de um fundo de pensão. A Emenda 41/2003 extinguiu a paridade e a integralidade. Hoje, o beneficio do servidor é calculado de forma similar ao do Regime Geral. É feita uma média das contribuições para o regime de previdência, tanto próprio, quanto geral, e a partir do resultado obtido são calculados os proventos. Para os que já estavam no sistema, as sucessivas mudanças criaram quatro regimes de aposentadoria, que são chamadas de regras de transição. São situações que vão incidir no caso específico do servidor a partir da data de ingresso no serviço público. O importante é que qualquer mudança normativa ou constitucional respeite a noção de direito acumulado.

Por que o Fórum da Previdência não discute o regime dos servidores públicos?

A agenda, no que diz respeito aos servidores públicos, está focada na questão da criação do fundo de pensão. O Fórum discutirá novas reformas a serem implementadas no Regime Geral. O fundo de pensão é uma providência a ser tomada desde 1998. Sobre isso, existirão inúmeros debates, entre eles o custo de transição. Com o fundo de pensão, a alíquota de contribuição previdenciária dos novos servidores só poderá incidir até o teto da previdência social – R$ 2.580. Isso causará uma perda de arrecadação grande.

"O servidor não terá a opção de ingressar em outro fundo de pensão"

Quais são as características desse fundo de pensão?

Será uma entidade única de natureza jurídica pública para os três poderes. A atividade será de previdência complementar e eminentemente privada. Apesar de o caráter da previdência complementar ser facultativo, para o servidor foi imposta a condição de ser oferecido apenas benefício de contribuição definida. O fundo será obrigatório àqueles que ingressarem após a criação. Para os que entraram antes, haverá a opção de continuar no regime anterior ou de migrar para o de previdência complementar – a União pagará até o teto e o resto será provido pelo fundo. As diretrizes fundamentais e básicas e o controle serão da Secretaria de Previdência Complementar e discute-se também se vai ser necessário o controle do Tribunal de Contas da União, porque a União será a principal patrocinadora, mas ainda não existe definição sobre isso.

O governo cogita outras mudanças?

Fala-se na possibilidade de igualar a idade de aposentadoria entre homens e mulheres. Mas isso não seria uma alteração voltada somente para o servidor público, seria geral.

O que significa a implementação do fundo para a economia brasileira? O modelo existe em outros países?

Nos Estados Unidos os fundos de pensão são um forte pilar da economia para servidores públicos. Essa idéia de previdência pública, básica, universal e complementar tem muita aceitação. As justificativas econômicas baseiam-se na criação de uma grande poupança interna, o que alavancaria também investimentos de capital, infra-estrutura e captação de mercado.

Os servidores públicos poderão criar fundos próprios?

O debate sobre o servidor público e a criação do fundo de previdência complementar alcança apenas os estatutários, aqueles da administração direta. Isso não se confunde com trabalhadores celetistas que em geral são de empresas públicas e já têm o seu fundo de pensão há muito tempo, a exemplo do Previ (Banco do Brasil). O que vai ser criado é único e exclusivo. O servidor não poderá optar pelo ingresso em outro fundo de pensão. Ele pode, se quiser, fazer uma previdência aberta complementar. Mas não poderá ter mais de um fundo de pensão para servidor público de administração direta.

A sagração da cachaça

Recém-chegada às mesas e adegas dos apreciadores de destilados de boa qualidade, a cachaça aguardou cinco séculos até conquistar status de bebida socialmente respeitável.

Vinte anos atrás, se tanto, era impensável encontrar uma garrafa de cachaça – mesmo "das boas" – nas bandejas das recepções do Itamaraty ou de qualquer Brasemb pelo mundo afora.

Scotch ou *bourbon*, conhaque, rum, xerez, tequila, gin, grapa, vodka, licores e *bitters* de todo tipo, tudo bem. Mas cachaça? Nem na recepção do Sete de Setembro. Hoje, acredito que a sugestão de servi-la nos salões oficiais já não provocaria estranheza. Afinal, saboreá-la já é hábito corriqueiro nas mais distintas rodas do *café society*, como diria Ibrahim Sued nos "anos dourados".

A ruptura da barreira de rejeição social foi promovida, num primeiro momento, pela caipirinha – mistura de cachaça, água, limão, gelo e açúcar. Nas casas, bares e restaurantes de praias, nas churrascarias, clubes e casas noturnas de todo o país, a caipirinha se popularizou em todas as classes sociais, firmou-se na preferência do público feminino e masculino.

A caminhada foi longa. Luiz da Câmara Cascudo, pesquisador emérito do folclore e das coisas brasileiras, remonta aos princípios do século XVI para registrar a mais antiga menção da Cachaça em Portugal na *Carta-II* de Sá de Miranda (1481-1558) ("Prelúdio da Cachaça", Global Ed., 2006). Nesta mesma obra, anota ainda que, no Brasil, "a cachaça conquistou ascensão aos níveis antes indevassáveis nos surtos da eloqüência nacionalizante, precursora e conseqüente ao período da Independência, quando era patriotismo não beber produto das vinhas portuguesas".

Mas o preconceito contra a bebida se manteve arraigado, por causa principalmente da origem popular da cachaça. É também Câmara Cascudo quem informa: "O Padre Perereca, Luis Gonçalves dos Santos (1767-1844), cujas *Memórias* alcançam fevereiro de 1821, só escreveu *águas-ardentes*. Cachaça cheirava a suor plebeu. O padre, como nenhum outro, foi o cronista-mor das festividades ao Príncipe-Regente e D. João IV no Rio de Janeiro". Graças à força da economia açucareira, porém, a fabricação da cachaça se firmou e se desenvolveu. De início como subproduto dos engenhos, posteriormente como fruto de processo autônomo da destilação, com a proliferação dos alambiques nas áreas rurais de quase todos os estados brasileiros. Até anos recentes, entretanto, continuou excluída do consumo das classes mais abastadas, pois o "chique", no Brasil – especialmente entre os *nouveaux riches* – sempre foi louvar a bebida importada.

Foi preciso que os turistas europeus – em particular os alemães – lhe dessem valor. Os fluxos de visitantes em férias às cidades litorâneas, especialmente no Nordeste, Bahia e Rio, a partir da segunda metade da década de 1980 levaram de volta para seus países a nova descoberta, o novo produto de consumo: a caipirinha. Criou-se o mercado, para o qual já se dirigem hoje valores expressivos de exportações.

A caipirinha, entretanto, é feita com aguardente comum, a também chamada "cachaça branca", cuja elaboração segue padrões industriais de produção em gran-

de escala e não inclui o envelhecimento em tonéis ou barris de madeiras nobres. Por isso, na esteira do sucesso da caipirinha e da quebra do preconceito, surgiu espontaneamente entre produtores e apreciadores do destilado a iniciativa de incentivar e aprimorar a produção de cachaças especiais, que se degustam puras ou com gelo, à semelhança do *scotch*.

Produzidas em pequena escala, mediante fermentação natural de canas cultivadas com métodos orgânicos, destilação artesanal em alambiques de cobre de capacidade reduzida, e envelhecimento prolongado em barris de madeira, prévio ao engarrafamento, são cachaças de sabor diferenciado, que as distinguem de forma clara do destilado comum. Possuem "características sensoriais peculiares", no dizer do Decreto no 4.581, de 2 de outubro de 2003, que diferenciou "aguardente de cana" de "cachaça". Em seu art. 92, o decreto estabelece que "cachaça é a denominação típica e exclusiva da aguardente de cana produzida no Brasil, com graduação alcoólica de trinta e oito a quarenta e oito por cento em volume, a vinte graus Celsius, obtida pela destilação do mosto fermentado de cana-de-açúcar com características sensoriais peculiares, podendo ser adicionada de açúcares até seis gramas por litro, expressos em sacarose."

O decreto reconheceu uma realidade pré-existente. A fabricação de cachaças com essas "características sensoriais peculiares" já se fazia há muitos anos. A norma pública, entretanto, foi necessária para possibilitar a adoção formal, por meio de normas complementares editadas pelo Ministério da Agricultura, de procedimentos de produção e de comercialização que fixaram formalmente os requisitos para assegurar padrões constantes de qualidade dos diferentes tipos de cachaça: *comum*, *envelhecida*, *premium* e *extra premium*. A definição desses padrões criou o elemento que faltava para credenciar a cachaça à inclusão no rol dos destilados capazes de agradar aos paladares mais exigentes. E de marcar presença nos salões do Itamaraty e de nossas Embaixadas, como bebida típica brasileira.

Carlos Átila Alvares da Silva, ex-diplomata, ministro aposentado do Tribunal de Contas da União e produtor da Cachaça DOMINISTRO

Além da arte da diplomacia

Não é nenhum segredo que a carreira diplomática é cheia de compromissos e responsabilidades. No entanto, alguns diplomatas conseguem conciliar a profissão com o amor à arte e se dedicam também à música, poesia, pintura, literatura. Um exemplo é o ministro Marcos Duprat, atualmente na África do Sul. Além de cumprir as atividades do Itamaraty, ele se tornou um renomado artista plástico.

Ainda pequeno, nutria admiração pela diplomacia. Ao mesmo tempo, não largava os pincéis, papéis e lápis. "Uni as duas coisas na minha vida. Não foi fácil, mas, aos poucos, com o desejo de harmonizar e explorar as duas áreas, consegui."

Carioca, nascido em 1944, Duprat conta que para realizar o desejo de se tornar artista tinha que ultrapassar alguns obstáculos, então foi à luta para conquistar o outro sonho: o Instituto Rio Branco. "Meu pai era oficial da Marinha, com uma visão muito clara da necessidade de se ter um emprego seguro. Era uma geração diferente em que o artista não era muito bem visto", diz.

Preparação – Em 1964, o ministro iniciou o curso de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro, porque, na época, era um fator determinante para cursar o Rio Branco. No mesmo período, participou de um concurso para estudar nos Estados Unidos, em um programa de bolsas para estudantes latino-americanos. Aprovado, foi cursar Ciências Políticas no exterior. "Escolhi esse curso porque era apaixonado por política internacional, e sempre visando o Rio Branco."

Esse foi um período muito bom para a carreira artística. Cursou uma disciplina de História da Arte e publicou ilustrações no jornal da universidade. Em 1966, seu pai foi transferido para Tóquio, onde passou um tempo fazendo cursos sobre diplomacia e sobre arte. "Formei minha carreira diplomática e de artista ao mesmo tempo", lembra. Em 1968, Duprat voltou para o Brasil e dois anos depois se formou no curso de Direito, que havia trancado, e no Instituto Rio Branco.

Trajetória – O primeiro posto fora do país foi na embaixada de Washington e lá recebeu um grande incentivo do então conselheiro Rubens Ricupero para fazer mestrado em Belas Artes. "Foi uma experiência excepcional ter feito algo que não era trabalho de diplomata, mas que era importante para o meu crescimento." Washington também ficou marcada pela primeira mostra individual, em 1977. Isso era só o começo. A partir daí, Duprat teve uma vida muito agitada tanto como diplomata quanto como artista.

Depois dos EUA, representou o Brasil no Peru, Itália, Hungria, Uruguai, Japão e, agora, África do Sul. Enquanto a carreira diplomática se destacava mundo afora, a artística também teve o seu lugar. Nos últimos vinte anos, realizou 19 mostras individuais e participou de diversas coletivas, entre elas a Bienal de Tóquio e a IV e V Bienais Ibero-Americanas na Cidade do México.

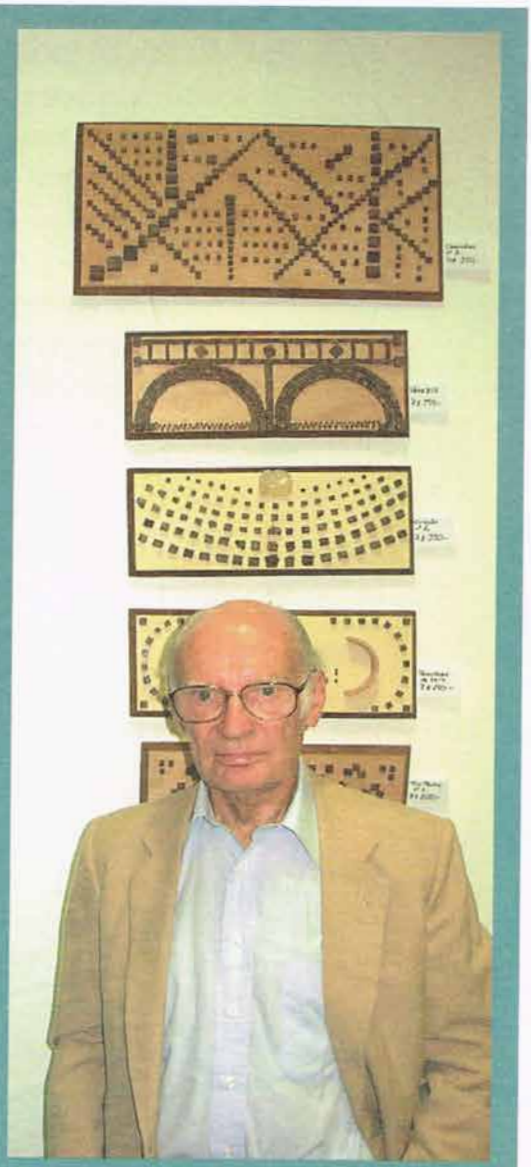
Apesar do reconhecimento, afirma que nunca se interessou pelo lado comercial da atividade. "Vendi muitas obras, tenho várias em museus, mas sempre priorizei o desenvolvimento do trabalho. Prefiro doar um quadro para um lugar público do que

vendê-lo a alguém, porque é a única maneira de o trabalho ser visto." (*Mais sobre trabalho de Marcos Duprat: www.marcos.duprat.com.br/*).

Ainda no começo – Diferente do ministro Marcos Duprat que desenvolveu a carreira de artista com a diplomática, o embaixador Guy Brandão resolveu se aventurar no campo artístico depois de se aposentar. "Não fiz nada de arte na vida, só a arte diplomática. Sempre gostei de apreciar a dos outros. Nunca pensei que poderia me tornar artista", afirma.

Em dezembro de 2006, o embaixador encontrou perto de sua casa umas pedras de sulfeto de ferro, conhecidas como pirita, que se cristalizam naturalmente em diferentes tamanhos de cubos. "Vi as pedrinhas, fiquei curioso e comecei a compor umas colagens. Assim nasceu a idéia."

Depois de fazer a primeira peça, o embaixador acreditou que poderia ser algo interessante e as pessoas começaram a apreciar o trabalho. Mesmo tendo começado há pouco tempo, o embaixador já tem em sua coleção mais de cinqüenta obras e realizou a primeira exposição, no dia 10 de abril, em Brasília.



Para o embaixador Guy, sua arte é improvisada

Novidades – Como artista novato, Guy Brandão ainda está descobrindo algumas particularidades da atividade. "Pensei que fosse fácil, mas têm dias que fecho uma peça em 30 minutos e têm outros que faço, refaço, desenho, redesenho e passo dias para acertar", conta.

Na inauguração da exposição, o embaixador foi aconselhado pelo filho a não colocar gravata, pois artista não usa gravata. E, realmente, lá estava ele, descontraído, entre diversos convidados engravatados. "São detalhes, mas é tudo muito novo. Antes da inauguração, um pintor me disse 'muita sorte'. Foi curioso, porque me desejavam sorte quando eu tinha uma negociação, quando ia para outro país, mas nessa situação foi totalmente diferente."

Depois do sucesso, Guy afirma que para a primeira experiência o trabalho está bom, mas pode melhorar. "Estou prestando atenção em outras coisas, como os títulos das obras. Quero fazer nomes que divirtam as pessoas."

Hoje em dia, dedica-se apenas à arte, depois de 42 anos voltados exclusivamente ao Itamaraty. Seguindo uma tradição de família, Brandão aos 21 anos ingressava no Rio Branco para uma longa carreira diplomática. O embaixador representou o Brasil na Suíça, Peru, Itália, França, Equador, Senegal e Bulgária, o último posto. "A diplomacia é uma arte complexa, que requer grande precisão e preparo. Essa minha arte é improvisada. Ela também requer cuidado, mas as pessoas é que dirão o que de fato é", afirma Guy Brandão.

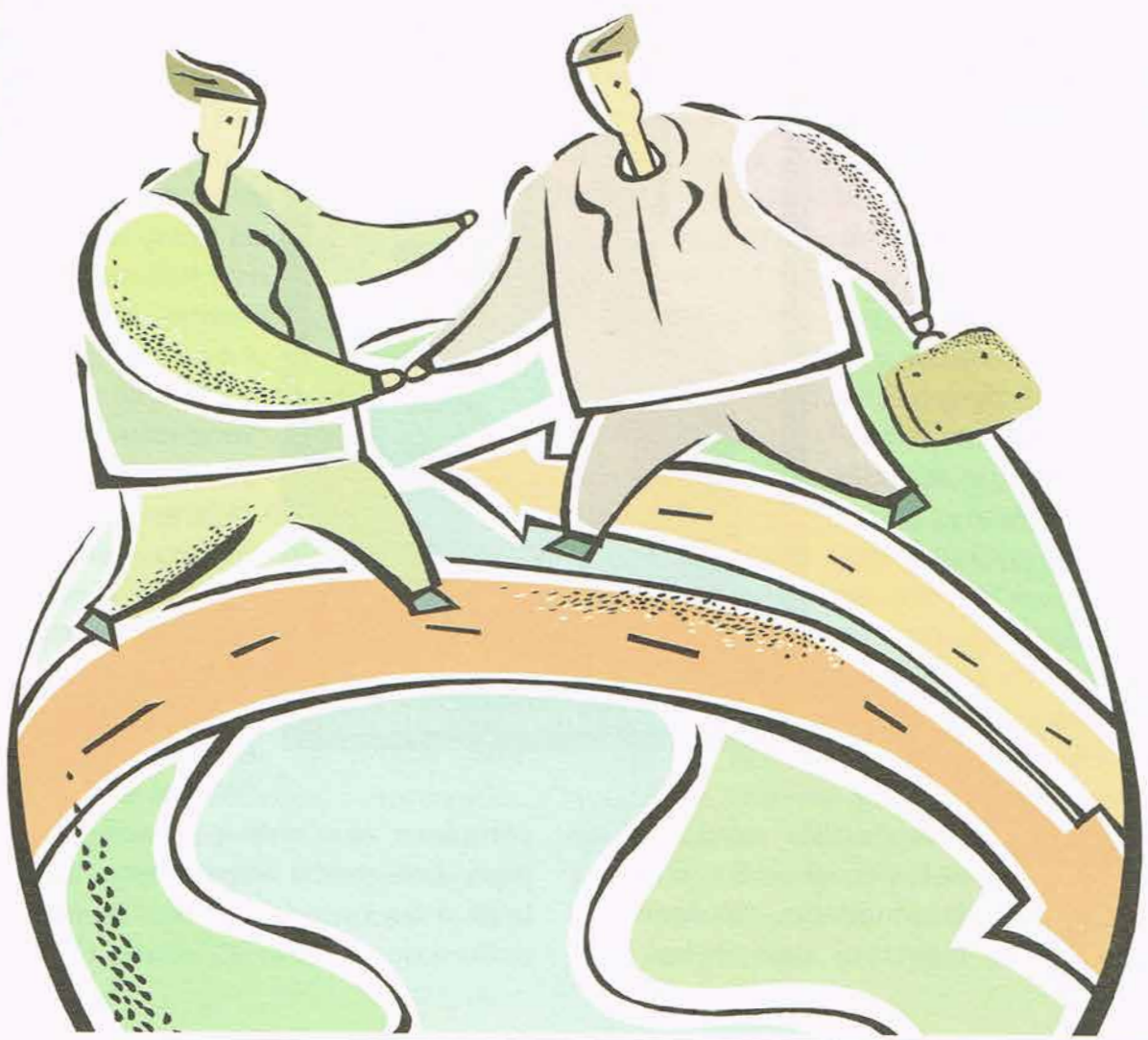
Boas-vindas aos novos diplomatas

Gustavo Magalhães (AIG/MRE)

As festividades do dia do diplomata deste ano, comemorado em 2 de maio, no Palácio do Itamaraty, contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e outras autoridades. Na oportunidade, foi realizada a cerimônia de formatura de 29 diplomatas da turma de 2004-2006 do Instituto Rio Branco.

A Associação dos Diplomatas Brasileiros dá as boas-vindas aos novos colegas, representantes de um grupo de mais de oito mil pessoas de todo o Brasil que se candidatam anualmente ao Instituto Rio Branco. A pluralidade de perfis dos aprovados é fruto de um esforço iniciado há mais de 50 anos.

No início da década de 1950, poucos tinham conhecimento dos caminhos para seguir a carreira diplomática no Brasil. Hoje, o quadro é bem diferente, como detalha o artigo do embaixador Sérgio da Veiga Watson, na página ao lado.



A reviravolta no vestibular do CPCD

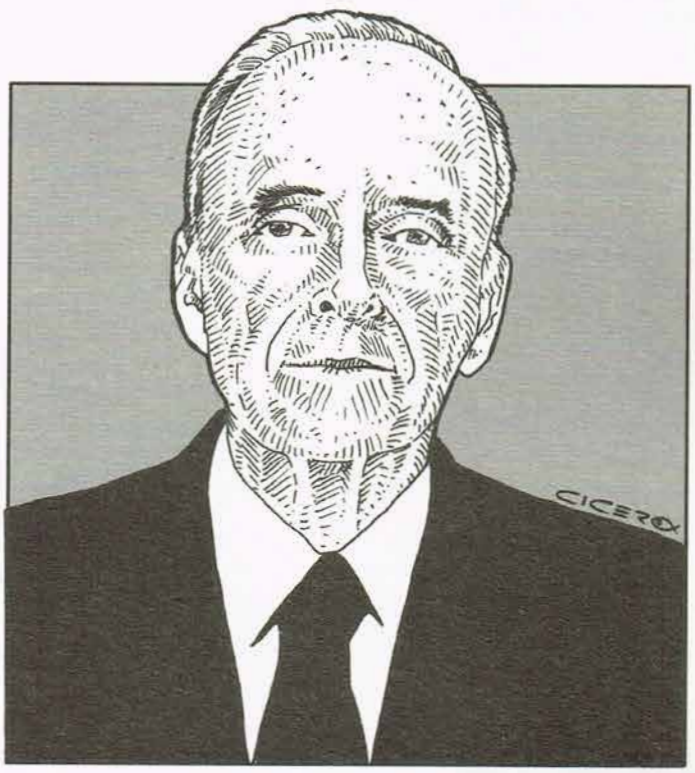
Transcorrido quase meio século da grande virada operada no vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco, valeria a pena recordá-la, pois poucos hoje em dia - sobretudo nos patamares iniciais da Carreira - terão conhecimento de tais antecedentes.

Corria o ano de 1958. Com pouco mais de um ano de Casa, trabalhávamos na antiga Divisão Econômica da Europa (DEA), chefiados pelo então conselheiro Sergio Armando Frazão, os terceiros-secretários Sergio Paulo Rouanet, Amaury Bier, Alberto Vasconcellos da Costa e Silva e eu, aos quais se juntariam mais tarde Mário Augusto Santos e Luiz Villarinho Pedroso.

Como seria de se esperar em turma recém egressa do IRBr, trocávamos todos muitas idéias sobre os acertos e deficiências do curso e em que medida ele atenderia adequadamente às necessidades do Ministério.

O tema passou a ser debatido mais amiúde em minhas conversas com Amaury Bier. Um fato chamava nossa atenção: a desproporcional concentração de candidatos cariocas, em contraste com a participação insignificante dos oriundos de estados com grande peso econômico e cultural. A partir daí surgiu a idéia de empreendermos juntos - Amaury paulista e eu carioca - uma pesquisa mais séria no IRBr sobre a composição dos candidatos.

Obtido o sinal verde do diretor IRBr - embaixador Camillo de Oliveira - pusemos a mão na massa, atacando a volumosa documentação relativa às inscrições para o vestibular no período 1953 -1957, empreitada em que contamos com a inestimável colaboração de Rachel Biazotto Mano, mola-mestre da administração do IRBr.



Em virtude do intenso trabalho na DEA, só podíamos dedicar uma atenção fragmentada à pesquisa, em geral em torno do intervalo para o almoço ou ao final do expediente. E a tabulação estatística, que constituia a base da iniciativa, tomava um tempo considerável. Mas ao cabo de alguns meses o documento ficou pronto. Vale a pena transcrever alguns dos dados mais relevantes dessa pesquisa:

84,6% dos candidatos eram solteiros;
42,6% estavam na faixa de 19 a 23 anos;
81,6% eram do Rio de Janeiro; e
25,6% tinham apenas educação secundária.

A conclusão do levantamento estatístico, corroborada em conversas informais com

muitos dos examinadores, era inescapável: o candidato médio inscrito para os vestibulares ao CPCD estava longe do ideal desejável para o MRE.

Passamos a examinar em seguida os fatores que, a nosso ver, dificultavam a inscrição de bons candidatos, recrutáveis em âmbito nacional. Três deles nos pareciam fundamentais:

a) a falta de divulgação da existência e finalidades do IRBr e do próprio MRE;

b) a centralização dos exames no Rio de Janeiro; e

c) a duração dos vestibulares.

As sugestões apresentadas visavam basicamente ampliar a base geográfica e a base humana da seleção, de forma a interessar elementos de outros estados, incluindo novos grupos de renda, idade, estado civil e instrução. Recomendavam-se providências para ampliar divulgação em cinco capitais: São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife; descentralizar parcialmente o vestibular, com testes preliminares aplicados naquelas capitais (além do Rio de Janeiro); facilitar o transporte para os candidatos habilitados no teste viajarem ao Rio.

Para aplainar dificuldades futuras, ligadas às exigüidades orçamentárias do MRE, buscamos contatos no Ministério da Educação e Cultura que, por meio do seu diretor de Ensino Superior, nos ofereceu a mais ampla cooperação, com designação de técnico do MEC para auxiliar o IRBr na elaboração do teste preliminar; extensa divulgação sobre o vestibular; colaboração das Faculdades públicas nas cidades escolhidas para a aplicação do teste, nos trabalhos de inscrição de candidatos e aplicação das provas; gestões junto à FAB para organizar o transporte dos candidatos habilitados no teste a viajarem ao Rio.

Esse foi, em resumo, nosso trabalho. No entanto, já minimamente conscientes da cultura conservadora da Casa, não nutríamos otimismo quanto à possível aceitação do plano proposto. Engano nosso. Em poucas semanas o *memorandum* que o encaminhava obteve a chancela da alta chefia e voltava às nossas mãos com instruções para que elaborássemos as correspondentes alterações na legislação pertinente - tarefa a que nos dedicamos com afinco, contando, nesta última fase, com a participação de Alberto da Costa e Silva.

Em curtíssimo prazo os textos regulamentares foram elaborados e aprovados. E, dando o ponta-pé inicial na bola, Amaury Bier e eu fomos designados, por Portaria, para viajar às cincos capitais, para divulgar, junto às faculdades e mídias locais, as novas condições de recrutamento para o IRBr. A engrenagem do MRE se pôs em movimento e o vestibular seguinte foi realizado sob o novo regime, com sucesso. Ao longo dos anos, foram acrescidas outras cidades (são 18 atualmente) para a aplicação dos testes preliminares.

Um rápido cotejo entre alguns dos dados do quinquênio pesquisado e os da época atual mostra bem a evolução havida:

a) os candidatos cariocas passaram de 81% para 27% do total, enquanto os de São Paulo subiam de 7% para 31%.

b) a participação dos solteiros baixou consideravemente, enquanto que a dos muitos jovens (até 25 anos) passou de quase a metade para cerca de um terço;

c) mudança radical no nível de instrução: enquanto apenas 26% dos candidatos apresentavam curso superior completo no período 1953/57, 29% dos aprovados em 2006 dispunham de cursos de pós-graduação.

Mas o que salta mesmo aos olhos, de maneira gritante, é o aumento desmesurado do número de candidatos: da média anual de meros 129 no período 1953-1957, chegamos aos 8.667 em 2007!

Embaixador Sergio da Veiga Watson

Outros caminhos

Jamais tomei a iniciativa de procurar trabalho fora do Itamaraty. A vida, porém, não se faz apenas de movimentos planejados. Quanto mais passa o tempo para cada um de nós, aliás, mais nos damos conta da crucial importância do acaso. Para mim, um dos muitos resultados dessa verdade é que, ao longo da carreira, acabei servindo já por quatro vezes em outros órgãos do governo.

O acaso, certamente, não opera no vazio. No que diz respeito ao que acontece em nossas vidas profissionais, disto se trata aqui, entram em jogo elementos outros tais como limitações e atributos, experiência anterior, temperamento, interesses.

Minha história aponta nesse sentido. Pois se nunca busquei sair do Itamaraty, devo reconhecer que, mesmo antes ser aprovado no concurso do Instituto Rio Branco em 1978, aos dezenove anos de idade, já imaginava a possibilidade de enriquecer a carreira com passagens por outras áreas.

Essa idéia talvez se explique pela própria origem – também fruto do acaso – da deci-

são de me tornar diplomata.

Sou diplomata hoje porque, em janeiro de 1975, meu pai se tornou Cônsul-Geral em Lisboa – onde havíamos morado antes nos tempos de Salazar – e lá eu vivi um momento histórico que mudou a minha escolha de profissão.

Tento explicar. Nascido em família potiguar de médicos e dentistas há muitas gerações – apenas meu pai tomara o rumo do Rio de Janeiro e do Itamaraty –, estava decidido a seguir também para a medicina. No liceu, em Lisboa, optei pelas 'biológicas'. Adorava vestir bata branca para as aulas de laboratório. Julgava ter uma cabeça científica... Já me via doutor.

Para um adolescente vindo do Brasil de Ernesto Geisel, no entanto, o mergulho no pluralismo revolucionário em Portugal causou profundo impacto. Embora aqui já soprassem as primeiras brisas de mudança – o MDB acabava de surpreender o regime nas eleições de 1974 –, faltava ainda muito para a democracia. Lá, diferentemente, sobretudo entre a tentativa de golpe spinolista em 11 de março e o enquadramento das forças armadas pelo grupo do então tenente-coronel Ramalho Eanes em confrontos no dia 25 de novembro de 1975, viveríamos o chamado 'verão quente da revolução'.

Logo me dei conta de que a política mexia profundamente comigo. Passava dia e noite ligado no noticiário. Não me desgrudava dos jornais, da televisão, das conversas sobre a agitadíssima conjuntura. Apenas a condição de filho menor de diplomata estrangeiro me afastava dos comícios e manifestações.

Movido pela saudável emoção dos jovens, concluí que a coisa pública era o meu grande interesse e decidi que o Itamaraty seria o meu caminho para participar da vida do Brasil.

De lá para cá, felizmente, tenho podido realizar essa aspiração tanto nas funções que exerci no Ministério, na Secretaria de Estado e no exterior, como nos cargos para os quais fui designado em outros órgãos do governo. Circunstâncias e coincidências ajudaram. De minha parte, contribuí sobretudo com a disposição de enfrentar diferentes desafios.

Em 1990, estava removido de Assunção para trabalhar com Gelson Fonseca no IPRI, então instalado numa casa na Vila Planalto. Antes de partir do Paraguai, telefonema: Gelson iria para a Assessoria Diplomática da Presidência da República – começaria em dois meses o governo de Fernando Collor – e me convidava a seguir com ele como adjunto. Concordei. Luís Fernando Panelli juntou-se a nós mais adiante. Outros colegas ocuparam postos em diversos setores do Planalto. Dois anos e meio. Tempos movidos, experiência forte.

"Da experiência não diplomática, espero voltar melhor diplomata"

Já de volta ao Itamaraty, chegou-me a notícia, no segundo semestre de 1993, de que Rubens Ricupero viria de Washington para o Ministério da Amazônia Legal, que logo se fundiria com o do Meio Ambiente. Sérgio Danese, Débora Barenboim e eu, como chefe de gabinete, o acompanhamos. Viriam depois Sergio Amaral e Estanislau Amaral. Um outro lado do Brasil. Mais lições.

Em abril de 1994, Ricupero foi convocado a assumir o Ministério da Fazenda. Mantinha-se a equipe econômica montada por Fernando Henrique Cardoso. Entrava com ele apenas a 'equipe diplomática'. Além dos cinco do Meio Ambiente, dois mais: Romeo Zero e, informalmente, Gelson Fonseca. Foram, até aqui, os meses mais intensos de minha carreira. Gelson, Danese e eu cuidamos basicamente da campanha de esclarecimento público sobre o lançamento do real. Ricupero deu prioridade a esse aspecto de sua missão e não há dúvida quanto ao êxito alcançado. Da noite para o dia, graças à qualidade do Plano Real, mas também ao grau de informação e mobilização de nossa sociedade, o Brasil mudou de moeda e enterrou décadas de descontrole inflacionário. Tenho muito orgulho do trabalho que fizemos.

Depois de uma temporada feliz na Embaixada em Londres, cuidando do setor econômico-financeiro e encarregado do diálogo com a *City*, voltei a Brasília como porta-voz e assessor político no gabinete de Luiz Felipe Lampreia. Tanto lá com os bancos, como aqui no diálogo com a imprensa, pude sentir como me tinha sido útil o aprendizado das primeiras experiências fora do Itamaraty.

Seguiram-se quatro anos e meio como Ministro-Conselheiro em Washington, exatamente o posto com o qual eu sonhei, desde o início, para aquele momento da carreira – ao menos esse plano se concretizou, embora os acasos tenham cumprido seu papel. De novo trabalhei com Rubens Barbosa, tal como antes em Londres, e depois Roberto Abdenur. Lidando com as complexas relações entre Brasil e Estados Unidos, muito me valeram, uma vez mais, a vivência direta, os contatos e o interesse que sempre tive por distintas áreas do cotidiano de nosso país.

Estava prestes a esgotar-se meu prazo na embaixada quando recebi um telefonema inesperado: amigos lembravam-se de meu nome para a assessoria de Antônio Palocci, que eu não conhecia pessoalmente. Aceitei o convite e, na equipe à qual me somaria, reencontrei Sérgio Eugênio Bath. Pela primeira vez teria um chefe não diplomata. No final de março do ano passado, assumiu Guido Mantega, que tampouco conhecia. Preparei minhas coisas para partir, como seria natural, mas o ministro me pediu que 'fosse ficando'. Fiquei. Ao todo, desde o regresso a Brasilia, um ano e oito meses como chefe de gabinete. Trabalho sempre intenso. O Ministério da Fazenda concentra-se agora em transformar a estabilidade, conquistada e consolidada com tanto sacrifício, em força propulsora do crescimento econômico mais acelerado de que o Brasil precisa. Para mim, mais uma chance de servir próximo ao centro nevrálgico da vida nacional.

Cada um trilha o seu caminho. Não há, nem deve haver, receitas de aplicação universal. Por isso – atendendo a convite de Marcelo Raffaelli, amigo e colega de turma de meu pai no Rio Branco –, faço aqui, pelo que valha, um relato pessoal. Preferi essa abordagem à tentativa de formular juízos mais amplos sobre o significado, para um diplomata, de trabalhar fora do nosso ministério.

E termino nessa mesma linha. Quando, no futuro, me reapresentar ao Itamaraty, acredito que levarei comigo novas vivências, conhecimentos de outras dimensões do Brasil e de seu governo, bem como de nosso relacionamento internacional. Da experiência não diplomática, tal como pretendi nos anteriores retornos, espero voltar melhor diplomata. Talvez um pouco mais preparado para as missões que virão.

Embaixador Marcos B. A. Galvão

José Luiz Pederneiras

Muito mais que um banco de currículos

Há alguns anos se alguém quisesse mapear a atividade científica e tecnológica brasileira teria de percorrer um longo caminho pelas universidades e instituições de pesquisa. Hoje, poucos cliques em um computador conectado à internet são suficientes para se ter uma visão completa.

Toda essa facilidade para encontrar especialistas de diferentes áreas não é obra do acaso. A mudança só foi possível depois da implantação da Plataforma Lattes no dia 16 de agosto de 1999. A ferramenta é um conjunto de sistemas de informações, bases de dados e portais web voltados para a gestão da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) brasileira.

Aí são registrados currículos, grupos de pesquisa e projetos, que fazem dela a maior base integrada de informações sobre produção tecnológica, científica e artístico-cultural do País. Professores, pesquisadores, estudantes, gestores e demais interessados em CT&I a alimentam diariamente. "A base é viva. Cerca de 70% dela foram atualizadas nos últimos 18 meses e, desse total, 57% nos últimos 11 meses", afirma Geraldo Sorte, coordenador de informática do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ela tem quatro mil instituições cadastradas e armazena mais de 950 mil currículos, dos quais 95 mil são de doutores e aproximadamente 240 mil de mestres. "A quantidade de doutores é estável, mas a de mestres surpreende. Nos últimos dois meses, subiu de 18% para 25%", comenta Sorte.

Idealização – O passo inicial foi do CNPq. De acordo com Evando Mirra, presidente da agência de fomento à época do lançamento, a idéia era mapear o que se fazia efetivamente em relação a pesquisas no Brasil. "Queríamos um bom espelho do que, de quem e como se faz", comenta Mirra, atual diretor de inovação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Naturalmente, em uma agência de fomento, a Plataforma também foi pensada como

Para Evando Mirra, a Plataforma Lattes é um ato de fé em nossa competência

instrumento gerencial para administrar estratégias do CNPq. Hoje, ela cumpre bem essa função e atende às ações de fomento de outras agências federais e estaduais. "O Brasil é o país que tem o mapa mais completo da sua produção. A Plataforma foi uma inovação e representa um ato de fé em nossa competência", ressalta Mirra.

Histórico – Desde a década de 1980, o CNPq armazenava informações de pesquisadores brasileiros. Nessa época, a instituição criou um sistema chamado Banco de Currículos, que utilizava o Formulário 168. O processo era longo e complicado: o pesquisador preenchia os dados, mandava ao CNPq pelos Correios. Lá, os currículos eram datilografados. Depois, mais de 20 estagiários colocavam os códigos, pois cada universidade e área do conhecimento tinha um específico. Em seguida, as informações eram digitadas e conferidas.

"Em 1989, começamos a usar Bitnet, precursora da internet no Brasil, e os currículos ficavam disponíveis para as principais universidades. Dava muito trabalho, mas o sistema foi bastante utilizado", conta Geraldo Sorte. Nesse momento conseguiu-se armazenar cerca de 30 mil currículos.

No início dos anos 1990, foi criado o BCUR, formulário eletrônico para o Sistema Operacional DOS. Os pesquisadores preenchiam o formulário e o enviavam em disquete para serem carregados na base de dados. O disquete substituiu o papel, só que o volume acumulado começou a ser um problema. Em 1997, outro currículo nacional foi lançado: o Cadastro Nacional de Ciência e Tecnologia (CNCT).

Nesse momento os pesquisadores eram bombardeados por um monte de formulários e currículos: Formulário 168, BCurr, MiniCurrículo, CNCT, ExeCapes e DataCapes. "Havia clareza dentro do CNPq que não podíamos fazer mais um sistema.

Um simples acesso à internet é suficiente para se ter uma visão completa da atividade científica brasileira

O pesquisador brasileiro já era torturado com os existentes. A idéia era criar um só, para simplificar e permitir uma coordenação melhor entre as agências. O novo sistema deveria ser mais competente e ao mesmo tempo conversar com os outros sistemas", comenta Evando Mirra.

De início foram envolvidos no processo 800 consultores da comunidade científica que responderam a seguinte pergunta: como deve ser um sistema de informação? Além disso, foram ouvidas as reitorias das universidades brasileiras. Assim, em agosto de 1999, o CNPq, em parceria com o grupo universitário Stela, da Universidade Federal de Santa Catarina, e com o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R), da Universidade Federal de Pernambuco, desenvolveu uma versão que satisfazia a todos.

Rede ScienTI – Depois de facilitar a vida dos pesquisadores brasileiros e se firmar no Brasil, a Plataforma Lattes ganhou o mundo. Em setembro de 2002 foi desenvolvida uma versão em espanhol. No fim do mesmo ano, o CNPq, juntamente com o Centro Latino-Americano em Informações de Saúde (Bireme) / Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), criou a Rede Internacional de Fontes de Informação e Conhecimento em Gestão de CT&I (ScienTI).

Ela é formada por organizações nacionais de CT&I e outros organismos internacionais. "O objetivo inicial era a troca de experiências e informações entre os conselhos nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico dos países da América Latina, mas agora a rede já está bem maior que isso", comenta Geraldo Sorte. O processo começou na Colômbia, seguida pelo Equador e hoje em dia engloba Chile, Peru, Argentina, Portugal, Moçambique e em outros está em implantação.

Conheça os sistemas que compõem a Plataforma Lattes:

Currículo Lattes: O CV-Lattes reúne informações sobre a vida científica e acadêmica, tanto a atual quanto a anterior, de pesquisadores, estudantes, docentes, gestores, técnicos e profissionais ligados à CT&I.

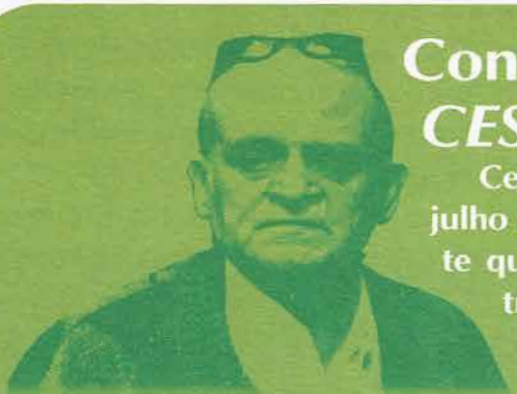
Diretório Lattes: O Diretório de Grupos permite mapear e conhecer o trabalho coletivamente. Para cada grupo de pesquisa têm-se informações sobre pesquisadores, linhas em andamento, além do relacionamento com outros grupos de pesquisa e com o setor produtivo.

XML Lattes: Adota um padrão de intercâmbio de informações na Plataforma.

Extrator Lattes: Permite que as instituições formem bases próprias de dados, a partir da importação dos registros, nas diferentes unidades de análise da Lattes.

Lattes Institucional: Arquitetura conceitual que possibilita que as instituições de ensino e pesquisa montem bancos Lattes próprios, a partir do contato direto com professores, pesquisadores, estudantes e funcionários.

Ambiente InterLattes: Tecnologia que permite que qualquer instituição usuária desenvolva sistemas e ferramentas para adequar os aplicativos Lattes a necessidades específicas.



Conhecendo *CESAR LATTES*

Cesare Mansueto Giulio Lattes nasceu no dia 11 de julho de 1924, em Curitiba. Destacou-se internacionalmente quando comprovou, aos 23 anos, a existência da partícula *méson pi*. Suas descobertas e trabalhos deram um grande impulso à pesquisa científica no Brasil. Além da fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, foi um dos criadores do CNPq, em 1951.

"A Plataforma teve vários nomes, mas queríamos um que fosse emblemático para a comunidade científica. E, nada melhor que César Lattes. O sucesso dele captou o imaginário brasileiro", conta Evando Mirra.

Não foi só na física que Lattes fez sucesso; no carnaval carioca de 1947, a Estação Primeira de Mangueira dedicou o seu samba-enredo ao pesquisador. *Ciência e Arte* foi nome da canção feita por Cartola e Carlos Cachaça.

Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos:
El Imperio del Brasil y las Repúblicas del Pacífico, 1822-1889 **(Quito: Corporación Editora Nacional – UASB – Funag, 2007)**

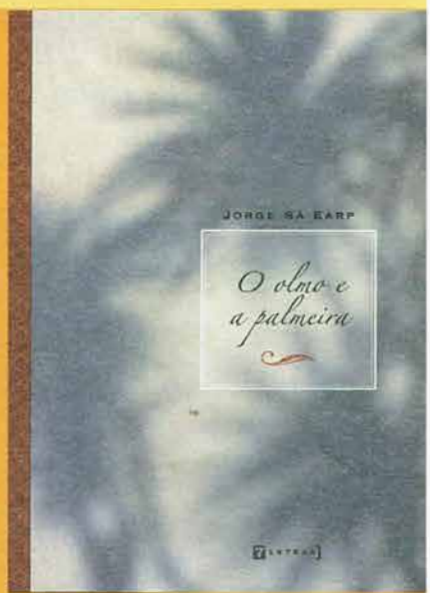
Trata-se da versão em espanhol do livro que resultou de sua dissertação de mestrado, já publicada no Brasil em 2002 pela Editora da UFPR (*O Império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com o Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, 1822-1889*), nesta edição com prefácio do reitor da Universidad Andina Simón Bolívar, de Quito, Enrique Ayala Mora. O autor já tinha publicado, também, sua tese de doutoramento, um estudo sobre o Império e o interamericanismo, cobrindo o período que se estende do congresso do Panamá, em 1826, até a primeira conferência americana de Washington, em *1889-1890: O Brasil entre a América e a Europa* (Unesp, 2004). Num momento em que o Brasil começa a criar um novo sistema de relações regionais que se articula em torno do conceito de América do Sul, Villafañe se consagra, não apenas no Brasil, como o grande historiador de uma vasta região que constituiu nossa circunstância geográfica incontornável. Ele participa, atualmente, da *"História Geral da América Latina"*, imenso projeto sob coordenação da Unesco, com um estudo sobre *"As Relações Interamericanas (1870-1930)"*. Ele está na linhagem direta de Varnhagen, Rio Branco, Oliveira Lima e Evaldo Cabral de Mello.

Teresa Dias Carneiro:
Octávio Augusto Dias Carneiro, um pioneiro da diplomacia econômica **(Brasília: Funag, 2005, 134 p.)**

Este livro inaugura a coleção "Personalidades da Política Externa da República", que trará desde Rio Branco (a rigor um monarquista) e Rui Barbosa até San Tiago Dantas e Renato Archer (ou seja, personagens da política externa, não necessariamente diplomatas). Dias Carneiro foi, com Roberto Campos, um dos grandes economistas do Itamaraty, homem de múltiplos talentos, à vontade em temas de comércio internacional, energia nuclear, cooperação para o desenvolvimento, produtos de base e questões financeiras. Primeiro brasileiro a obter o título de doutor em economia pelo MIT, em 1951, sob a dupla orientação de Charles Kindleberger e de Paul Samuelson, deixou obra acadêmica de peso, na qual ressalta um estudo de 1965 sobre a reforma monetária internacional do ponto de vista dos países em desenvolvimento e uma revisão da história econômica do Brasil, de 1920 a 1965, ambos em inglês. Vários de seus trabalhos acadêmicos permanecem inéditos. Mais conhecida é a sua atividade diplomática, em dezenas de foros multilaterais e também na frente interna do governo brasileiro. Sua filha caçula retraça seu itinerário de vida e diplomático, ambos constrangidos pelo golpe militar de 1964. Poucos sabem que foi ele o desenhista da bandeira da Coréia do Sul, solicitado por um diplomata desse país. Sua obra ainda precisa ser divulgada mais amplamente.

Alfredo José Cavalcanti Jordão de Camargo:
Bolívia: a criação de um novo país **(Brasília: Funag, 2006, 404 p.)**

Este livro difere das histórias tradicionais da Bolívia em duas maneiras: foi escrito por um diplomata brasileiro e está centrado na história dos povos indígenas, os mesmos que sofreram sob o jugo colonial e depois sob as elites brancas e que deram, recentemente, a vitória a Evo Morales. Um longo subtítulo indica que ele pretende descrever a "ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas". Uma bibliografia extensa e variada revela que o autor, a despeito de ter estudado matemática e ciência da computação, tem gosto pela história e habilidade no trato das fontes. Depois de um longo périplo pelo passado do altiplano e de todos os povos indígenas que por ali passaram, ele retoma os desafios do presente. Constata que a revolução de 1952 permaneceu inconclusa: pôs fim à ordem oligárquica, mas não industrializou o país e conservou a mesma estrutura social. A ascensão social do índio, o fim dos partidos tradicionais e o refluxo do neoliberalismo poderão criar uma nova Bolívia. Ou, então, fazê-la retornar ao seu estado habitual de crise e estagnação. A conferir.



Jorge Sá Earp:
O olmo e a palmeira
(Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, 256 p.)

Autor de vasta obra literária, desde antes de ingressar na carreira diplomática, em 1981, incluindo um romance de 1995, Ponto de Fuga, que foi Prêmio Nestlé de Literatura, Jorge Sá Earp apresenta em sua mais recente obra uma história passada no período colonial português no Brasil, envolvendo estrangeiros e brasileiros. No caso é um inglês, que se encanta com a Bahia e uma bela herdeira da família tradicional Delasalle-Castro, em meio aos conflitos com escravos, com os índios e entre os próprios coloniais, divididos entre as tradições e as vontades individuais. O olmo é o próprio inglês, que encontra a sua palmeira, na figura de Ana Delasalle. Goethe, nas *Afinidades Eletivas*, teria dito que "ninguém passeia impunemente sob as palmeiras". À maneira das *promenades* de Goethe, o livro é um passeio erudito pelo Brasil do final do período colonial e início da independência, com os sabores, as cores e os modos daqueles tempos: veleiros, cavalos, escravos descendo da boléia, igrejas com ouro, enfim, um retrato quase atual...

Comunicado

Comunicamos aos associados que o Embaixador Cláudio Sotero Caio, eleito Diretor pela XIV Assembléia Geral Ordinária em 14.12.2006, solicitou seu afastamento da direção da ADB por razões de ordem pessoal. Lamentamos a saída de tão respeitado colega, tendo em vista sua alta capacidade e experiência jurídico-administrativa, e esperamos continuar contando com a colaboração que, como associado, sempre prestou à ADB.

Serviço

Descontos para associados

Estabelecimentos que oferecem descontos, mediante apresentação da carteira da ADB:

DISTRITO FEDERAL

Atendimento médico, dentário e laboratorial:

CENTRO RADIOLÓGICO DE BRASÍLIA
SHLS Quadra 716 - BL G - Fone: 3245-1622

CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S/C
SMH/N Qd 02, BL A, 12° andar, Ed. de Clínicas
Fone: 3328-0212

CLINECO - CENTRO CLÍNICO E ECOCARDIOGRÁFICO DE BRASÍLIA
SEPS 714/914, Ed. Centro Executivo SABIN, 1° andar
Fones: 3445-1500 - 3445-1445

CLÍNICA DE SAÚDE BUCAL
QNA 30, Lt 07, Sobre-loja
Fones: 3352-9724/3937-1857

CLÍNICA VILLAS BOAS
SHL/Sul, qd 716, Conj. N, BL D - Fone: 2191-5050

COMPANHIA ATHLETICA
SCES - Trecho 2 - Conjunto 32 - Pier 21

LABORATÓRIO BRASILIENSE
SEPS 712/912, Conj. Pasteur, BL 1, lojas 02 e 03
Fone: 3346-6300
e-mail: exames@labbrasiliense.com.br

LABORATÓRIO PASTEUR
SEPS 712/912, Conj. Pasteur, Bl. 04 - Fone: 3346-3121

ODONTOLOGIA ALVARENGA BERNARDES
SDN – Conjunto Nacional Brasilia- sala 4023

OFTALMED – NÚCLEO DE DIAGNOSE E MICROCIRURGIA OCULAR DE BRASILIA
SEPS 714/914, Ed. Sabin, Sala 101 - Fone: 2191-9191

Hotéis:

ARISTUS HOTEL
SHN – Quadra 02 -BL O - Fone: 3328-8675

SAN MARCO HOTEL
SHS – Quadra 05 – BL C -Fone: 2103-8484

CENTRAL DE FLATS MORATO
SCRN – 705 – BL C - Fone: 3328-3800

GRAND BITTAR HOTEL
SHS – Quadra 05 – BL A - Fone: 3218-5858

NAOUM PLAZA HOTEL
SHS – Quadra 08 - Fone: 3322-4545
Reservas na secretaria da ADB - 3411-6950

TORRE PALACE HOTEL
SHN Qd 04, BL A, Fone: 3961-5555

Locadora de veículos:

HERTZ – LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA
Aeroporto Internacional de Brasília
Fones: 3365-4040/9272-7887

QUALITY – LOCADORA DE VEÍCULOS
Aeroporto Internacional de Brasília
Fone: 3365-2344

VIA RENT A CAR
SHS Qd 06, conj. A, Loja 50 Fone: 3322-3181

Restaurantes:

LLEZZORE RESTAURANTE E GASTRONOMIA
SCLS 307 – BL C – Loja 19 - Fone: 3244-4754

RESTAURANTE PORCÃO BRASÍLIA
SCES – Trecho 2 -Conjunto 35 – Lote 2-b
Fone: 3321-0214

Diversos:

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS SAGA
Fones: 3403-9365 – 3403-9363 – 3403-9393

FLORES DO PLANALTO
CLS 105 – BL B – Loja 10 - Fone: 3242-4766

JANOT TURISMO LTDA
SCN Quadra 01, BL E, loja 70 – Ed. Central Park - Fone: 3327-2020

MELGO CORRETORA DE SEGUROS LTDA
SCS Quadra 04, BL B, Sala 05 - Fone: 3347-2450

ÓTICA, JOALHERIA E RELOJOARIA ROMÁRIO VERAS
SCLS 303, BL B, Loja 35
Fones: 3225-1009 – 3224-8972

GOIÁS

Hotéis:

ARARAS HOTEL FAZENDA LTDA.
Rodovia BR 020 – Km 36 -Formosa - GO
Tel: (61) 9984-9274 ou 3435-3270

CABANAS DOS PIRINEUS HOTEL FAZENDA
Rod. BR 414 - Km 15 - Cocalzinho - GO.
Fone: (61) 3961-5555 - Att. Mirian Motta
www.cabanadospirineus.com.br

ALAGOAS

Hotéis:

HOTEL JATIÚCA
Lagoa das Antas, 220 - Mangabeiras, Maceió
Fone: (82) 355-2020

PARANÁ

Hotéis:

HOTEL DEVILLE ARAUCÁRIA PALACE
Rua Amintas de Barros, 73 - Centro, Curitiba
Fone: (41) 322-8558

HOTEL DEVILLE CURITIBA
Rua Comendador Araújo, 99 - Centro, Curitiba
Fone/Fax: (41) 322-4777
Fone: (0800) 411866 - Central Reservas

HOTEL DEVILLE MARINGÁ
Av. Herval, 26 - Centro - Maringá - PR
Fone: (44) 226-1001 / Fax: (44) 226-1977

RIO DE JANEIRO

Hotéis:

HOTEL ATLÂNTICO COPACABANA
Rua Siqueira Campos, 90 - Copacabana
Fone: (21) 548-0011 Fax: (21) 235-7941
E-mail: reserva@atlanticocopacabana.com.br

RIO INTERNACIONAL HOTEL
Av. Atlântica, 1500, Copacabana
Fone: (21) 2546-8000 Fax: (21) 25468041

LUXOR COPACABANA HOTEL
Av. AtlÂntica, 2554 - Copacabana
Fone: (21) 2255-1858

LUXOR CONTINENTAL HOTEL
Rua Gustavo Sampaio, 320 - Leme
Fone (21) 2546-1070

SÃO PAULO

Hotéis:

REGENT PARK HOTEL
Rua Oscar Freire 533 - Jardins CEP: 01426-00
RESERVAS: Secretaria da ADB

A lista completa dos estabelecimentos pode ser acessada pelo site da ADB: www.adb.org.br

Diretoria da ADB
Embaixador Marcelo Raffaelli – Presidente
Embaixador Guy M. de Castro Brandão – Vice-presidente institucional
Embaixador Luiz Brun de Almeida e Souza – Vice-presidente executivo
Embaixador Hélcio Tavares Pires - Diretor
Ministro Paulo Roberto de Almeida – Diretor
Secretário Carlos Ribeiro Santana – Diretor
Secretário Sérgio Carvalho de Toledo Barros – Diretor

Conselho Fiscal
Embaixador Fernando Jacques de Magalhães Pimenta
Ministro Igor Kipman

Secretariado da ADB
Gerente Administrativo: Tércio Arcúrio
Assistente Administrativa: Jacqueline Francisca da Cruz

ADB
Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano XIV – nº 57
Edição Abril/Maio/Junho de 2007 - ISSN 0104-8503

Conselho Editorial
Marcelo Raffaelli
Guy M. de Castro Brandão
Paulo Roberto de Almeida
Carlos Ribeiro Santana
Fábio Cereda Cordeiro

Reportagem
Francisco Macedo
Marina Mercante
Natália Lambert

Editora
Patrícia Cunegundes

Revisão
Daniele Costa

Projeto Gráfico
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Diagramação
Irene Sesana

Capa
Irene Sesana

Impressão
Gráfica Athalaia

Tiragem
3 mil exemplares

liberdade de expressão
agência e assessoria de comunicação

Diretor responsável
Ronaldo de Moura
(61) 3349 2561

ADB - Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores - Esplanada dos Ministérios
Palácio do Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329-A
70170-900 - Brasília - Brasil
Fones: (61) 3411 6950 e 3224 8022 Fax: (61) 3322 0504
www.adb.org.br